



# **INTEGRA**

**Programa de Integração da Câmara**

## **APOSTILA TÉCNICA LEGISLATIVA**

# ORIENTAÇÕES PARA A PADRONIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---



## Apresentação

O objetivo deste material é promover meios para a uniformização da Técnica Legislativa a ser utilizada nos diversos trabalhos a cargo da Assessoria dos vereadores da Câmara municipal de Campo Grande – MS, bem como o procedimento legislativo adequado.

A tarefa de elaboração Legislativa (proposições, justificativas e pareceres) requer linguagem e técnica próprias, que garantam aos documentos produzidos as características esperadas da lei: a generalidade, a abstração e o efeito vinculante.

No manual do legislador consta modelos de proposições indicadas por dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Grande, bem como esquema de textos de cada uma delas para facilitar a tarefa cotidiana de todos que trabalham com elaboração de minutas que alimentam a atividade legislativa. Traz ainda o texto da Lei Complementar n. 95, de 26/02/1998.

“A multidão de leis afoga o jurista, esmaga o advogado, estonteia o cidadão, desnorteia o juiz. A fronteira entre o lícito e o ilícito fica incerta.”

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---



## **PESQUISANDO: 30 anos da constituição federal de 1988.**

- Foram editadas quase 5,9 milhões de normas;
- Em média são editadas 774 normas por dia útil;
- Em matéria tributária, foram editadas 390.726 normas;
- São mais de 1,92 normas tributárias por hora (dia útil);
- Em 30 anos, houve 16 emendas constitucionais tributárias;
- Foram criados inúmeros tributos, como CPMF, COFINS, CIDES, CIP, CSLL, PIS IMPORTAÇÃO, COFINS IMPORTAÇÃO, ISS IMPORTAÇÃO;
- Foram majorados praticamente todos os tributos;
- Em média cada norma tem 3 mil palavras;
- O termo “direito” aparece em 22% das normas editadas;
- Saúde, Educação, Segurança, Trabalho, Salário e Tributação são temas que aparecem em 45% de toda a legislação;
- Somente 4,13% das normas editadas no período não sofreram nenhuma alteração;
- Desde 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da atual Constituição Federal), até 30 de setembro de 2018, foram editadas 5.876.143 (cinco milhões, oitocentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e três) normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Isto representa, em média, 536 normas editadas todos os dias ou 774 normas editadas por dia útil.

### **Elaborando Lei - Meditar**

**Gilmar Mendes:**

**“Mais do que quantidades de leis, o legislador brasileiro deve preocupar-se com a qualidade das leis produzidas, evitando repetições e conteúdos, sobreposições, textos confusos, contraditórios e de menos importância social. O que a sociedade e seus segmentos devidamente organizados querem são leis que não atrapalhem o desenvolvimento social, econômico e ambiental e que garantam maior estabilidade aos direitos e garantias individuais, coletivas e difusas.”**

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---



## Elaborando Lei

A elaboração de uma lei exige planejamento, método, avaliação técnica e política, formal e material, coerência interna e externa, identificação de seu custo, definição prévia de seus objetivos e precisão dos ambientes que ela quer intervir...

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

## Conceito de Legística (Técnica Legislativa) aplicado ao Processo de Elaboração de uma Lei

Conceito:

“A legística é a área do conhecimento que se ocupa de como fazer as leis, de forma metódica e sistemática, tendo por objetivo aprimorar a qualidade desses atos normativos.”

### Elaborando Lei

- Legística material:

É a parte da legística que se dedica ao estudo da definição e da elaboração do conteúdo da norma, considerando seus elementos de sustentação: problema que a justifica e a solução que apresenta para o problema que quer resolver.

- Legística formal:

É a parte da legística que se dedica à estética do texto e sua correta articulação comunicativa, estabelecendo regras para a unificação dos termos, sistematização dos conteúdos, harmonização das formas e organização das partes da lei.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

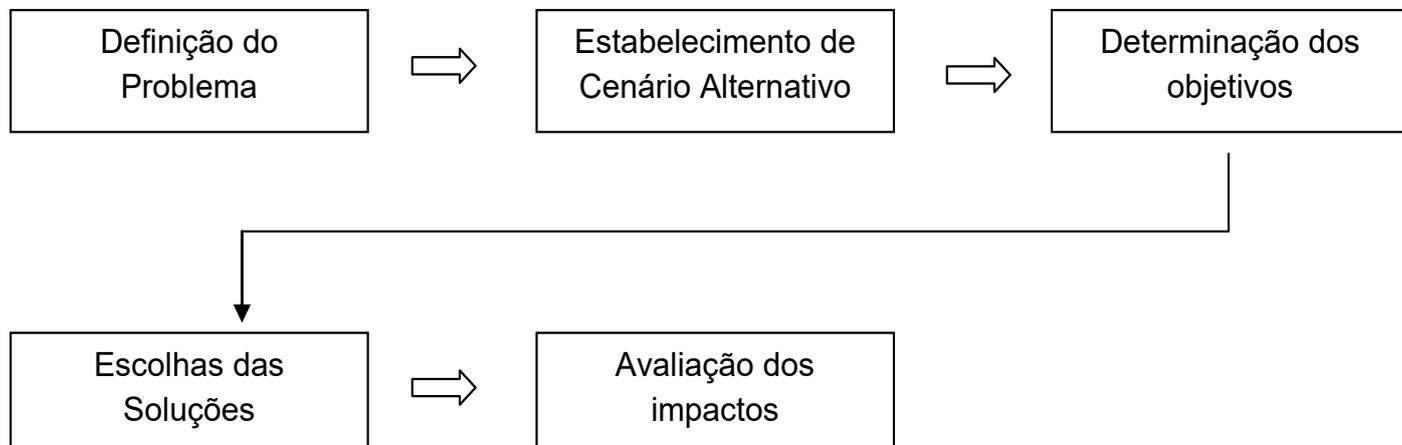
---

---



# A Construção do Conteúdo de uma Lei

(Legística Material)



Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

## Da estrutura e redação do texto legal

- Questionário de referência para a preparação da Lei (Check List)

- Definição do problema:

- Qual é o problema que se pretende solucionar?

- Quais são as alternativas para enfrentá-lo (uma medida administrativa, a realização de uma campanha informativa, uma ação de fiscalização, a instauração de um processo judicial)?

- Há experiências anteriores a serem observadas? Que procedimentos e medidas foram adotados na situação comparada?

- A edição de um ato normativo é realmente a melhor forma de solucionar o problema tendo em vista a natureza deste, seu alcance, os benefícios que se pretende obter e a possibilidade de adoção de medidas alternativas?

- Possibilidade jurídica de legislar:

- Há amparo jurídico para legislar? A matéria é de competência da Câmara Municipal de Campo Grande? O proponente tem poder de iniciativa para o ato? A proposta é constitucional? A matéria faz inovação ao ordenamento jurídico?

- Qual é o instrumento normativo adequado para tratar da matéria? É matéria para a Lei Orgânica do Município, Lei, decreto ou resolução do Poder Legislativo? Sendo matéria de lei, cabe lei ordinária ou complementar?

- Foi feito um levantamento exaustivo da legislação existente sobre a matéria?

- Foi feita uma pesquisa sobre a legislação similar em outras unidades da Federação?

- Quais são os objetivos do novo ato? Ele é exequível?

- Foi realizado um estudo de impacto detalhado a fim de antecipar os efeitos favoráveis e desfavoráveis da nova norma?

Quais são os efeitos prováveis do ato proposto, quantitativa e qualitativamente, no plano social, econômico, cultural, político, ambiental, etc. Foram consultados especialistas em cada área específica?

- A medida proposta impõe despesas ao orçamento do município? De onde virão os recursos para a aplicação da lei? As normas financeiras e orçamentárias do município foram atendidas?

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---



## Da estrutura e redação do texto legal

- Os benefícios estimados da medida justificam os custos?
- O ato normativo terá repercussões específicas sobre algum segmento ou grupo social (uma categoria de servidores públicos ou de consumidores, por exemplo), um setor econômico (empresas de determinada dimensão, por exemplo) ou uma região do município?
- Os setores da sociedade envolvidos com a matéria foram consultados? Esses grupos tiveram acesso a informações suficientes para respaldar sua avaliação? Como os representantes desses setores avaliam a norma?
- Todos os órgãos e entidades do poder público envolvidos com a norma foram consultados? Que avaliação eles fazem da medida proposta?
- Os resultados das consultas foram efetivamente considerados na elaboração do ato normativo? Há algum acordo estabelecido em negociação pública?
- Que órgãos, instituições ou autoridades devem assumir a responsabilidade pela execução das medidas propostas? Eles detêm de fato competência para fazê-lo? Qual a opinião das autoridades encarregadas a respeito da possibilidade de execução dessas medidas?
- É necessário o estabelecimento de sanções?
- O prazo estabelecido para a entrada em vigor do ato normativo é suficiente para a adoção das medidas necessárias à aplicação da norma? É preciso prever algum período de adaptação?
- É necessário fazer um trabalho de monitoramento de execução da norma para avaliar os seus resultados?

Montesquieu: “As Leis inúteis enfraquecem as leis necessárias”.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---



## Proposições Legislativas

De acordo com o art. 34 da Lei Orgânica do Município de Campo Grande, o processo Legislativo compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções.

- Leis complementares importantes para elaboração de proposições;
- A Lei Complementar Municipal n. 44, de 15/03/2002, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (§ 2º, Art.34)
- A Lei Complementar Federal n. 95, de 26/02/1998, e alteração.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---



## Da estrutura e redação do texto legal

- Da linguagem do texto legal

- 1) Concisão;
- 2) Simplicidade;
- 3) Uniformidade;
- 4) Imperatividade (importante: uso dos verbos dever e poder);
- 5) evitar estrangeirismos.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Da estrutura e redação do texto legal

- São os seguintes os elementos constitutivos das minutas de proposições legislativas:
  - 1) **Epígrafe**, grafada em caracteres maiúsculos, indica a espécie de proposição, o número de ordem e o ano de apresentação.

Ex: “LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.”
  - 2) **Ementa** oferece um resumo claro, fiel e conciso do conteúdo do projeto.

Ex: “**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**”
  - 3) **Preâmbulo**: indica o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

Ex: “**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:”
  - 4) **Parte normativa**: compreendendo o texto da norma. É a matéria de que trata a proposição.

Possui as seguintes características:

- Divide-se em artigos;
- O artigo subdivide-se em parágrafos; estes e o caput do artigo em incisos; estes, em alíneas; estas em itens.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Da estrutura e redação do texto legal

- Passo a Passo

1) **O Artigo** é a unidade do contexto à qual se subordinam parágrafos, incisos, alíneas e itens, devendo:

- encerrar um único assunto;
- iniciar-se por letra maiúscula;
- fixar, no caput, o princípio, a norma geral, deixando para os parágrafos as restrições ou exceções;
- numerar-se por algarismos arábicos, em ordinais, até “nono” e cardinais, seguido de ponto, de “10” em diante;
- abreviar-se a palavra “art” ou “arts” se singular ou plural, respectivamente, quando seguido do respectivo número. Nos demais casos, deverá ser grafado por extenso.

2) **O parágrafo** é o complemento aditivo ou restritivo do caput do artigo, devendo:

- Iniciar-se por letra maiúscula;
- Numerar-se conforme as normas aplicáveis ao artigo;
- Representar-se por sinal “§” para o singular e “§§” para o plural sempre seguido dos respectivos números;
- Denominar-se parágrafo único, por extenso e grafado em negrito, seguindo-se ponto, quando houver apenas um parágrafo vinculado ao artigo.
- Deve ser encerrado com ponto final, podendo desdobrar-se em incisos.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Da estrutura e redação do texto legal

- 3) O inciso é o desdobramento do caput do artigo ou parágrafo, comumente destinado à enumeração, devendo-se empregar:
  - algarismos romanos seguido de travessão, em sua enumeração;
  - inicial minúscula;
  - terminação por ponto-e-vírgula, salvo quanto ao último, que termina por ponto final;
  - dois pontos antes das alíneas em que se desdobra.
- 4) A alínea é o desdobramento do inciso, indicada por letra minúscula, seguida de parêntese.
- 5) O item é o desdobramento da alínea, indicado por algarismos arábicos, seguidos de ponto e separados do texto por um espaço em branco;
- 6) A palavra subseção e seção e seus respectivos nomes são centralizados e grafados apenas com as iniciais maiúsculas. São identificadas por algarismo romano. O nome da seção é posto em negrito.
- 7) As palavras capítulo, título, livro, partes e as disposições preliminares, gerais, finais e transitórias deverão ser centralizadas e grafadas com letras maiúsculas e identificadas por algarismo romano. Seus respectivos nomes serão grafados em negrito, apenas com as iniciais maiúsculas.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Da estrutura e redação do texto legal

- 8) Parte final, compreendendo as disposições necessárias à implementação da norma, as disposições de caráter transitório, a cláusula de vigência e a cláusula revogatória. É vedada utilizar a expressão genérica “Revogam-se as disposições em contrário”.
- 9) A Seguir justifica-se a proposição. Na justificação (justificativa) apresentam-se os argumentos destinados a demonstrar a necessidade, ou oportunidade da nova norma.
- 10) Por fim, coloca-se o fecho, o encerramento do Projeto, de que constam:
  - Local (Sala das sessões)
  - Data
  - Nome(s) do(s) Autor(es)

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Elaborando e Redigindo a Lei...

### Cláusulas Especiais

#### (Vigência)

- A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.
- A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula “esta lei entra em vigor após decorrido (o número de) dias de sua publicação oficial”

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

## Passo a Passo da Tramitação

- Protocolo
- Conhecimento ao plenário
- Pareceres obrigatórios (Procuradoria e comissões)
- Discussão pelo plenário
- Votação e aprovação pelo plenário
- Encaminhamento ao executivo de projeto para sanção

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

## Participação do Executivo

- Sanção: prerrogativa do Executivo;
- Promulgação: prerrogativa do Executivo e do Presidente da Câmara;
- Publicação;
- Veto: prerrogativa do Executivo.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---